

'Emenda Pix' destina R\$ 3,2 bi a prefeitos em ano eleitoral

Prefeituras receberão R\$ 3,2 bilhões em 'emenda Pix' durante campanha

— É a primeira vez que recursos indicados por parlamentares poderão ser usados por municípios no meio de uma eleição geral; dinheiro deve ir até para shows musicais

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

O governo vai colocar R\$ 3,2 bilhões na conta de prefeituras que poderão ser usados em plena campanha eleitoral. Os recursos começam a cair nos cofres a partir de amanhã e podem bancar ações que vão desde shows de artistas até a compra de bens públicos, como tratores e caminhões de lixo, que rendem publicidade para os políticos. É a primeira vez que os municípios vão receber dinheiro para aplicar no meio de uma eleição geral. Isso só foi possível porque o Congresso, com aval do Planalto, criou uma nova modalidade de repasse de emendas que dribla as regras eleitorais.

Conhecido como "Pix orçamentário" ou "cheque em branco", o mecanismo revelado pelo **Estadão** ganhou os apelidos pois o dinheiro cai direto na conta das prefeituras e não é passível de fiscalização por órgãos de controle. Quando a regra foi aprovada, o Congresso não definiu a quem cabe fiscalizar o uso desses recursos. No vácuo, ninguém monitora o gasto público.

"Sempre destinei e continuarei destinando emendas para promover festas para o povo, seja de Ituiutaba (...) e, se eleito presidente, de todo o Brasil."

André Janones (Avante-MG)
Deputado e pré-candidato

Cabe às prefeituras definir o que fazer com os bilhões de reais. O dinheiro é liberado sem previsão de como será usado. Deputados e senadores fazem acordos informais com os gestores indicando a aplicação. Esses acordos podem ser feitos por WhatsApp ou até bilhetes escritos à mão sem qualquer transparência, segundo relato dos próprios políticos.

Pré-candidato ao Palácio do Planalto, o deputado André Janones (Avante-MG) usou essa modalidade para destinar R\$ 7 milhões para Ituiutaba (MG), sua cidade natal, a cerca de 600 quilômetros de Belo Horizonte. O **Estadão** revelou que uma parte do dinheiro, R\$ 1,9 milhão, vai bancar uma fes-

ta com o cantor Gustavo Lima e outros artistas uma semana antes da eleição.

A emenda de Janones também vai patrocinar as duplas Zezé di Camargo e Luciano, João Neto e Frederico, João Bosco e Vinícius e a cantora gospel Fernanda Brum no mesmo evento, entre os dias 15 e 25 de setembro. O município que receberá o dinheiro é governado pela prefeita Leandra Guedes (Avante), ex-assessora do gabinete de Janones na Câmara. Ao lado do deputado, ela é alvo de uma investigação preliminar do Ministério Público sobre suspeita de rachadinha quando o assessorava na Câmara em 2020, um caso revelado pelo portal **Metrópoles**.

"Sempre destinei e continuarei destinando emendas para promover festas para o povo, seja de Ituiutaba, do Triângulo Mineiro, de toda Minas Gerais e, se eleito presidente, de todo o Brasil", disse o deputado. Ele afirmou desconhecer qualquer investigação sobre rachadinha. A Procuradoria-Geral da República informou que não comenta casos que tramitam em sigilo.

EM FAMÍLIA. Levantamento do **Estadão** mostra que deputados e senadores priorizaram prefeituras governadas por parentes na hora de destinar suas "emendas Pix". É o caso do deputado Valdir Rossoni (PSDB-PR) que colocou todos os R\$ 8,8 milhões a que tem direito em um único município, Bituruna (PR), administrado por seu filho, o tucano Rodrigo Rossoni.

O deputado Genécias Noronha (PL-CE) mandou R\$ 5,8 milhões para Parambu (CE), cidade governada pelo sobrinho, Rômulo Noronha. Eduardo Bismarck (PDT-CE) destinou R\$ 1,3 milhão para Aracati (CE), onde o pai, Bismarck Maia, é prefeito. E o senador Jader Barbalho (MDB-PA) mandou "depositar" R\$ 1,9 milhão ao governo de seu filho Helder Barbalho (MDB), que tentará a reeleição neste ano. Bismarck alegou que o recurso vai priorizar pavimentação de ruas em Aracati. Os demais não responderam.

NA CONTA. Os R\$ 3,2 bilhões foram empenhados (compromisso de pagamento) pelo governo no dia 17 deste mês. Enquanto uma emenda tradicio-

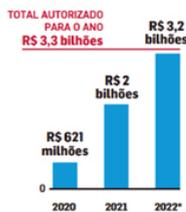
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL

Gastos com emendas cheque em branco

Número de parlamentares



Valores empenhados



*ATÉ 25/5/2022

FONTE: PAINEL DO ORÇAMENTO FEDERAL / INFOGRÁFICO.ESTADÃO

Perguntas & respostas

Como funciona o 'Pix orçamentário'?

O que é o chamado 'Pix orçamentário'?

A transferência especial é uma emenda que o parlamentar pode incluir no Orçamento da União e destinar recursos diretamente ao caixa de Estados e municípios, com uso livre em qualquer área, exceto pagamento de funcionários e dívidas. O município recebe a emenda sem exigência de destinação específica e não há um instrumento formal de prestação de contas ao governo federal ou ao parlamentar.

Quem pode indicar?

Todos os deputados e todos os senadores podem indicar emendas individuais, com execução obrigatória pelo governo federal, podendo apontar a destinação espe-

cífica do recurso ou usar o "Pix orçamentário".

Quanto cada parlamentar pode indicar?

Cada parlamentar tem direito, individualmente, a R\$ 18,4 milhões em emendas neste ano. Metade, obrigatoriamente, deve ser aplicada em saúde. O resto é livre, e pode ser colocado no modelo "Pix orçamentário".

Por que o Congresso criou essa emenda?

O argumento foi tornar mais rápida a transferência de recursos, sem entraves burocráticos, mas analistas veem brecha para desvios.

O dinheiro pode ser gasto no ano eleitoral?

O governo pode transferir o dinheiro até o dia 2 de julho, quando começa o chamado "defeso eleitoral", mas há brecha para prefeitos gastarem com obras e atividades públicas após esse período, contrariando a lei eleitoral.

DIÁDA SAMPATO/ESTADÃO - 8/12/2021



Para congressistas, vantagem da emenda é a rapidez no repasse

nal leva até cinco anos para ser paga, pela exigência de análises técnicas, a "emenda Pix" é repassada em até 90 dias. No total, 444 deputados e 58 senadores optaram por enviar dinheiro por essa modalidade para bases eleitorais. A maioria dos deputados (60%) é da base do governo Bolsonaro.

Além disso, na emenda parlamentar tradicional os recursos só podem ser repassados após a execução dos serviços e, no ano eleitoral, até três meses antes da eleição. Resultado: a adesão ao modelo de transferência por intermédio da "emenda Pix" cresceu no Congresso e caiu na graça dos parlamentares, saindo de R\$ 621 milhões em 2020 e superando R\$ 3 bilhões neste ano eleitoral.

SEM TRANSPARÊNCIA. Durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro deputados e senadores ganharam ainda um outro mecanismo de repasse de recursos sem fiscalização, o orçamento secreto. Também revelado pelo **Estadão**, o esquema permite ao parlamentar indicar recursos diretamente à base eleitoral sem transparência. Nesse caso, entretanto, os valores são bloqueados para obras novas no período eleitoral.

Essas inovações patrocinadas pelo governo com apoio do Congresso levaram acadêmicos, economistas e advogados especializados em contas públicas a defenderem uma reforma urgente no orçamento para evitar que bilhões sejam distribuídos sem qualquer critério técnico. "Infelizmente, voltamos a viver sob a égide de mais um ciclo de coronelismo, enxada e voto", resumiu a procuradora do MP de Contas de São Paulo, Éliada Graziani.

O Ministério da Economia afirmou que liberou todos os recursos que cumpriram as regras para recebimento, sem distinção de parlamentares. A pasta reforçou ainda o entendimento de que, se o governo federal efetivar a transferência para o caixa dos municípios até três meses antes da eleição, o dinheiro poderá ser gasto pelas prefeituras durante a campanha. Sobre a fiscalização, o ministério disse que os municípios podem preencher um relatório para fins de transparência e controle social. Esse preenchimento, porém, não é obrigatório. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 8